



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0260206-4

COMARCA: 1ª VARA CÍVEL DE PAULISTA

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA REJEITADA À UNANIMIDADE – PEDIDO DE DENUNCIAÇÃO DA LIDE REJEITADO À UNANIMIDADE - MÉRITO – RELAÇÃO CONSUMERISTA – APLICAÇÃO DO CDC - CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO – RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA – DEFEITO NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – DANOS ORIUNDOS DA ATIVIDADE EMPREENDEDORA – DANOS MORAIS EVIDENCIADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE NÃO CARECE DE REPARO – APELO DESPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0260206-4**, em que figuram como Apelante **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**, e como Apelada **JOSÉ DANIEL DA SILVA E OUTROS** os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: **"À unanimidade de votos, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade ativa. Por unanimidade, rejeitou-se o pedido de denúncia da lide. Mérito: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos dos votos da Turma"**. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife *22 de março* de 2013.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0260206-4

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA E OUTROS

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

Ação: Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais.

Sentença Recorrida: A Decisão (fls. 251/256) julgou procedentes os pedidos indenizatórios formulados pelos autores/apelados, com base nos arts. 6º, VI, 14, § 3º, e 22 da Lei 8.078/90 (CDC), condenando a apelada no pagamento de uma indenização por danos materiais, em favor dos Autores, de acordo com as relações por eles apresentadas às fls. 40/43, e por danos morais no equivalente a R\$ 3.000,00 para cada um deles, incidindo sobre tais verbas indenizatórias juros de mora no equivalente a 1% a.m. e correção monetária, exigíveis a partir da data da citação. A autora/apelada JOSEANE DIONÍSIO DA SILVA fará jus a uma indenização por danos materiais no equivalente ao mínimo apresentado às fls. 43 - R\$ 200,00. Deferiu o pedido de justiça gratuita aos autores/apelados. Custas e honorários advocatícios, estes no equivalente a 20% calculados sobre o valor apurado, de responsabilidade da apelada.

Objeto: Apelação com pedido de acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa ad causam dos apelados Joseane Dionísio da Silva e José Elias Soares Gadelha, da denúncia da lide da seguradora Itaú Seguros S.A. e, no mérito, pugna pela reforma total da sentença. Alternativamente, requer a redução do quantum indenizatório (fls. 258/270).

Razões recursais: Preliminarmente, ventila a ilegitimidade ativa ad causam dos apelados Joseane Dionísio da Silva e José Elias Soares Gadelha e a possibilidade de denúncia da lide. No mérito, explicita que o caso em tela não configura a existência de dano moral a ser reparado vez que inexiste o nexo de causalidade. Alternativamente, caso mantida a condenação, requer a redução do quantum arbitrado em primeiro grau.

Contra-razões: Às fls. 275/291, requerendo o improvimento do apelo e a manutenção da sentença.

É o que importa relatar.

À Doutra revisão.

Recife, 03 de abril de 2012.

Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0260206-4

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: JOSÉ DANIEL DA SILVA E OUTROS

ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO DO RELATOR

PRELIMINARES:

Acerca da alegada **ilegitimidade ativa** de Joseane Dionísio da Silva e José Elias Soares Gadelha, entendendo da mesma maneira que o togado singular, pois a situação fática em análise ocorreu em favela oriunda de invasão, onde o sistema de posse/domínio é precário, todavia, não impedindo a formalização da concessão do uso de energia aos moradores de tal localização.

Goza, assim, de legitimidade ativa para pleitear indenização por danos morais aqueles que efetivamente suportaram os danos causados pelo ilícito, nada importando a que título estavam na terra, bastando comprovar que a ação antijurídica lhe causou perda e/ou deixou de ganhar em razão dela.

Rejeito, portanto, a presente preliminar.

Já com relação à **denúnciação da lide**, o fato de a apelante ser concessionária de serviço público não afasta, modo algum, a aplicabilidade da legislação consumerista ao caso. Isso porque os serviços públicos, consoante o disposto no art. 225, parágrafo único, do CDC, restam submetidos ao Diploma Consumerista. Desta feita, não há dúvida de que a relação entre as partes é de consumo, aplicando-se à espécie as disposições do CDC.

O art. 70 do CPC brasileiro prevê as hipóteses de denúnciação à lide. O art. 88 do CDC, por sua vez, dispõe que: "*na hipótese do art. 136, parágrafo único, deste Código, a ação de regresso poderá ser ajuizada em processo autônomo, facultada a possibilidade de prosseguir-se nos mesmos autos, vedada a denúnciação da lide*".

Comentando o referido dispositivo, Ada Pellegrini Grinover leciona:

"O nosso sistema processual permite o direito de regresso, desde que decorra ele do só fato da sucumbência numa ação, sem portanto a necessidade de intromissão de um outro fundamento, de uma outra causa de pedir, seja exercitado na própria ação originária, através de ação incidente de garantia, a que se dá o nome de denúnciação da lide (arts. 70, III, do CPC). A denúnciação da lide, todavia, foi vedada para o direito de regresso de que trata o art. 13, parágrafo único, do Código, para evitar que a tutela jurídica processual dos consumidores pudesse ser retardada e também porque, via de regra, a dedução dessa lide incidental será feita com a invocação de uma causa de pedir distinta". (in Código Brasileiro de Defesa do Consumidor, 2. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992, p. 531)



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Assim, entendo que se aplica à hipótese em tela a vedação da denunciação à lide prevista no art. 88 do CDC, que visa exatamente evitar o retardo da prestação jurisdicional em detrimento do consumidor (parte autora). Nesse sentido é a orientação do STJ:

"RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. DANOS MORAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. (...) DENUNCIAÇÃO À LIDE. IMPOSSIBILIDADE. ART. 88, CDC. ART. 70, III, CPC. (...) Improcedem as razões recursais quanto ao pedido de denunciação da lide, posto que, como bem decidiu o acórdão recorrido, em se tratando de relação de consumo, protegida pelo Código de Defesa do Consumidor, descabe tal pretensão. O art. 88 do CDC veda expressamente a denunciação da lide. Precedente. (Cfr. NELSON NERY JUNIOR, in "Código de Processo Civil Comentado", Ed. RT, 4ª ed. p. 1874, nota 3, ao artigo 88 do CDC) (...)" (STJ - REsp 660113/RJ, Relator Ministro JORGE SCARTEZZINI, J. 16/09/2004, DJ 06.12.2004 p. 336)

Outrossim, importante ressaltar que o indeferimento da denunciação não afasta a possibilidade de a parte demandada-recorrente ingressar com ação de regresso em face de terceiro(s), ou, se preferir, prosseguir nos mesmos autos, nos termos do citado art. 88 do CDC.

MÉRITO:

Da análise dos autos percebe-se que a presente relação é consumerista, envolvendo usuários e concessionária de energia elétrica.

A apelante como pessoa jurídica de direito privado, concessionária de serviço público, submete-se à teoria da responsabilidade civil objetiva, nos termos do art. 37, § 6º da Constituição Federal.

Paralelamente, a relação de consumo havida entre fornecedor e consumidor também é regida pela responsabilidade objetiva, em que aquele se obriga a indenizar pelos danos causados por defeito na execução dos serviços. É o que prescreve o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90):

"O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

De acordo com Sergio Cavalieri Filho, o risco do empreendimento sujeita o fornecedor ao ônus de sua atividade, que é responder pelo serviço defeituoso ou com falha na execução ofertada no mercado de consumo:

"O Código do Consumidor deu uma guinada de 180 graus na disciplina jurídica então existente, na medida em que transferiu os riscos do consumo do consumidor para o fornecedor. Estabeleceu responsabilidade objetiva para todos os casos de acidente de consumo, quer decorrentes do fato do produto (art. 12), quer do fato



Tribunal de Justiça de Pernambuco
6ª. Câmara Cível
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

do serviço (art. 14). Pode-se, então, dizer que o Código esposou a teoria do risco do empreendimento (ou empresarial), que se contrapõe à teoria do risco do consumo.

Pela teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no mercado de consumo tem o dever de responder pelos eventuais vícios ou defeitos dos bens e serviços fornecidos, independentemente de culpa. Este dever é imanente ao dever de obediência às normas técnicas e de segurança, bem como aos critérios de lealdade, quer perante os bens e serviços ofertados, quer perante os destinatários dessas ofertas. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a realizar atividade de produzir, estocar, distribuir e comercializar produtos ou executar determinados serviços. O fornecedor passa a ser o garante dos produtos e serviços que oferece no mercado de consumo, respondendo pela qualidade e segurança dos mesmos." (FILHO, Sergio Cavalieri. Programa de responsabilidade civil. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 497)

Caberia à apelante comprovar satisfatoriamente a inexistência do alegado defeito na prestação do serviço essencial, tarefa da qual não se desincumbiu.

A conduta ilícita da apelante se revela pelo simples fato de executar o serviço público com falha e sem a devida manutenção. Acresce ressaltar que a apelante não logrou demonstrar que o incêndio ocorreu por culpa exclusiva dos apelados, deixando de infirmar a responsabilidade civil com elementos de convicção sob a origem do dano. Repise-se que ônus da prova é da apelante, ante da inversão operada na fase postulatória, com esteio no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Logo, imperativa a sanção, devendo a apelante arcar com os danos oriundos da atividade empreendedora.

Com relação aos danos morais, em se tratando sua prova em si, esta, ainda, guarda complexidade. A demonstração da dor da vítima situa-se na esfera do subjetivismo, haja vista cuidar-se de incertezas, com a análise das suscetibilidades de cada um, o que influi nas variações constatadas em cada caso concreto. Entretanto, quando se evoluiu para a noção de violação de direitos da personalidade, não mais há a necessidade de se comprovar a dor, mas sim demonstrar, no campo processual, o fato gerador da lesão aos direitos da personalidade, o que se faz presumir uma alteração anímica e, conseqüentemente, o dano moral.

Quanto ao valor fixado a título de indenização, cabe anotar que a responsabilidade civil por dano moral tem aliado ao efeito ressarcitório do dano sofrido pelo lesado também o cunho pedagógico da parte que produz, ou que concorre para a produção da lesão. No caso, frise-se, que o montante arbitrado pelo Juízo *a quo* (R\$ 3.000,00 para cada um dos apelados) não carece de reparo, uma vez que ciente da situação fática e de que tal importe recompensa os apelados pelo dano moral experimentado.

Assim, por conta dessa soma de razões, **VOTO PARA NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO**, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É COMO VOTO.

— Recife, 19/03/2013
[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0260206-4

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADOS: JOÃO DANIEL DA SILVA E OUTROS

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

REVISOR: DES. **EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES**

VOTO-REVISÃO

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

É meu voto.

Recife, 19 de março de 2013.


Des. Eduardo Augusto Paurá Peres
Revisor